

Lailah Garbero
de Aragão >
Ronaldo Vielmi
Fortes >>

Corpo Útil – Um debate acerca das repercussões capitalistas sobre os corpos humanos

Resumo

A alienação corporal junto ao viés utilitário que o corpo recebe dos influxos sociais vem passando por vários caminhos investigativos no campo teórico da sociologia, dança, filosofia, fisioterapia e outras áreas afins. Dessa forma, este trabalho busca compreender o fato gerador dessa manifestação subjetiva que, na verdade, são entendidas, aqui, enquanto causalidades estruturais. Como referenciais teóricos são trazidas as contribuições de Karl Marx e György Lukács, buscando demonstrar a sociabilidade do capital, engendrada de forma tentacular e que cotidianamente pulsa contrariamente à sensibilização de todos os sujeitos sociais.

Palavras-chave: Alienação. Estranhamento. Corpo. Sensibilização.

Abstract

Body alienation along with the utilitarian view that the body receives from social influences has been passing through several investigative paths in the theoretical field of sociology, dance, philosophy, physiotherapy and other related areas. In that way, this work seeks to understand the generating fact of this subjective manifestation that, in fact, are understood here as structural causalities. As theoretical references, are brought the contributions of Karl Marx and György Lukács, seeking to demonstrate the sociability of capital, engendered in a tentacular way and pressing on a daily basis against the sensitization of all social subjects.

Keywords: Alienation. Estrangement. Body. Sensitization.

> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estudos sobre alienação corporal, orientada pelo Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fortes. Graduada em Direito pela Faculdade Metodista Granbery (2015). Cursa Pós-Graduação em Metodologia Angel Vianna (MAV) – Jogos Corporais e Sensibilização do Movimento na Faculdade Angel Vianna.

>> Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduado em Bacharelado em Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (1992). Pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) concluiu o mestrado em Filosofia no ano de 2002. Também pela UFMG concluiu o doutorado em Filosofia em 2011.

O corpo útil

No embalo do ritmo do cotidiano, o capitalismo vai gestando um corpo modulado para ser útil, em detrimento de fatores como tempo e atenção aos setores que envolvem o lazer, a criatividade, as relações e vivências familiares, amizades e o próprio afeto. O efeito dessa violência aos ritmos orgânicos corporais se manifesta, por exemplo, sob a forma de estresse, sedentarismo, crises de ansiedade, insônia, agressividade e, inclusive, depressão (IMBASSAÍ, 2008, p. 49).

O ritmo capitalista comporta um corpo reativo, que se porta de maneira útil, buscando eficiência e rendimento, movido pela pressa e desprovido de amplitudes sensoriais que permitam uma visualização das potencialidades que se fazem presentes nos cinco sentidos como canais de apreensão da realidade e externalização do que reside no campo sensível e espiritual humano.

Não seria cabível afirmar o corpo humano, que recebe os influxos da sociabilidade do capital, como um corpo que não sente. Todas as repercussões geradas por essa dinâmica são processadas e sentidas, sim. Entretanto, há uma redução extrema das possibilidades sensoriais a partir do momento em que o metabolismo capitalista condiciona apenas algumas possibilidades de manifestação de nossas potências humanas. A essas possibilidades, atribui-se uma diretriz que consegue abarcar todo o conjunto de comportamentos que repercutem dela: a expectativa de um corpo útil.

Um corpo que está a todo tempo tensionado e induzido por essas engrenagens de competitividade e concorrência localiza-se em um estado de presença, condicionado por esses elementos que, apesar de podermos inferir um julgamento qualitativo positivo ou negativo acerca dessa reação corporal, representa uma manifestação humana moldada pela realidade, que recebe imperativos comportamentais advindos da sociabilidade do capital.

As leis de pertencimento e inserção na vida social, impostas pelo modo de produção capitalista, são pautadas em disputa, aperfeiçoamento e controle. Um corpo útil para o capital é um corpo capaz de responder com o máximo de eficiência possível à pressa, à perfeição e à eficiência.

Importante discutir inicialmente as adjetivações que incidem sobre os comportamentos e padrões corporais, como mencionado anteriormente. Eficiência, controle, rendimento, capacidade, aperfeiçoamento, disputa e, principalmente, perfeição são conceitos que propomos serem revisitados para introduzir tais palavras-chave que permeiam o corpo útil.

Essa proposta representa uma maneira de visualizar que as engrenagens que dão ritmo e as estruturas que sustentam o metabolismo do modo de produção capitalista refletem, inclusive,

em signos linguísticos que reverberam sobre a maneira que enxergamos e habitamos nossos corpos.

Um exemplo introdutório se reflete na palavra “perfeição”. O que é perfeito para o capital distancia-se manifestamente do que seria perfeito para o corpo humano. Quando falamos, por exemplo, em um corpo deficiente, automaticamente parte-se da prerrogativa de que esse não seria um corpo perfeito aos olhos da sociedade utilitária moldada pelo capitalismo. Estamos nos referindo a um corpo que não se localiza nas categorias de funcionalidade e utilidade demandadas pela sociabilidade. Esses conceitos tomam certos contornos sociais e criam assimilações, operando como verdadeiros paradigmas.

Uma pessoa que possui uma deficiência física, uma paralisia ou uma síndrome está imperfeita diante daquele sistema que produz corpos úteis e que estão a todo tempo sendo conduzidos a estarem úteis, a serem úteis e a demonstrarem um rendimento diante do cotidiano e de todo esse metabolismo que não perpassa somente a economia, mas, também, outras estruturas como as que integram os sistemas educacional, político, social, cultural.

São várias as maneiras de apreender um determinado conteúdo, seja pela audição, pela visão, pela sensorialidade do tato. Contemporaneamente, a educação caminha a passos largos rumo a condicionamentos padrões que devem servir para todos os corpos. Alguns poderão demonstrar certa aptidão com essa maneira de reproduzir conhecimento. Entretanto, outros, não. A esses corpos remanescentes caberão rearranjar todo seu próprio esquema corporal subjetivo e confrontar a educação que é proposta e que não dialoga com a diversidade.

É possível afirmar, assim, com maior nitidez, que o modo de produção capitalista não perpassa somente a seara da economia. Este sistema possui uma manifestação tentacular que se espalha para outros segmentos, como foi mencionado acima acerca do âmbito da educação. Com a nova reforma do ensino médio, a partir da qual são praticamente extinguidas disciplinas que estimulam o pensamento crítico e reflexivo, é possível verificar que há, por outro lado, um forte estímulo às capacitações técnicas para que haja um trânsito direto para o mercado de trabalho que integra a base da produção econômica, em detrimento da produção crítica do conhecimento e do pensamento.

Falar sobre um sistema que possui sua sociabilidade já circunscrita dentro de estruturas que operam automaticamente é inferir, nesse sentido, que existem mecanismos eficientes para que essa dinâmica possua uma continuidade sobre os sujeitos que constroem o entorno e que tais signos, apesar de não serem nitidamente perceptíveis, reverberam uma influência de extremo impacto sobre os sujeitos sociais.

Voltando ao exemplo dos corpos deficientes, ao tratar da impossibilidade de serem vistos sob uma perspectiva igualitária em sociedade, sinalizamos um sistema que os coloca nesse lugar. Como mencionado, o problema identificado aqui não reside na palavra perfeição, nem tampouco nos corpos que são tidos como imperfeitos. Trata-se de um sistema econômico que se espalha sobre vários outros setores e que determina que a perfeição somente se opera diante da exclusão e da segregação. Um corpo

que sente, que reverbera criatividade, novos espaços, novas sensações, maneiras de visualizar e estar presente na realidade, não é um corpo que esse sistema comporta.

Um corpo diagnosticado autista, esquizofrênico ou que possui paraplegia, tetraplegia e diversas deficiências tanto em nível psicológico quanto motor, é submetido à margem social, onde o lugar que será reservado a ele é o da segregação.

Diante disso, algumas políticas como das cotas em empresas, que buscam trazer tais pessoas para uma ótica útil na produção, configuram-se como políticas que vão se dar dentro dessa lógica e que localizam frestas para encontrar funcionalidades nesses corpos. Muitos supermercados, por exemplo, vão adotar políticas de contratação buscando trazer, para seu quadro de funcionários, corpos considerados deficientes, mas que consigam desempenhar algumas atividades para estarem ali inseridos. De certa maneira, as políticas sociais de inclusão ainda, sim, irão operar dentro de uma lógica de exclusão. Não devem ser desconsideradas porque por um lado os incluem – na dinâmica do capital –, entretanto elas não se manifestam suficientes e exaustivas para conceber esses corpos diante de uma efetiva igualdade. Possuem uma importância fundamental, mas, ao mesmo tempo, não representam o fim do caminho e, sim, parte dele. Sinalizamos aqui que, para além desse caminho, reside um horizonte rumo a uma compreensão de como esses corpos poderiam ser integrados de uma forma igualitária, com igual valor social.

Há inúmeras discussões nas ciências sociais aplicadas a respeito de como alcançar uma igualdade para os desiguais, quando, na verdade, todos somos corpos humanos com distintas particularidades. Todos somos desiguais, mas unidos por critérios que instituem “igualdade”, diante de critérios convenientes ao capital. A necessidade de se igualar parte de um paradigma de normalidade, padrão e perfeição.

Nesse ponto, centralizamos a margem onde habitam os corpos que não sinalizam, aparentemente, algum critério concebido enquanto “deficiência”. Ou seja: corpos “normais”. Existe uma maioria de corpos agrupados por semelhanças visíveis e alguns que se diferem. Há um padrão que abarca grande parte das pessoas qualificadas enquanto “normais”, partindo da premissa de uma constituição anatômica e comportamental de fácil associação: dois braços, duas pernas, boca que exala som, ouvidos que captam ondas sonoras, olhos que captam luzes e formam imagem, cognição capaz de realizar leitura, escrita e se comunicar em língua vigente nacional. Porém, isso é apenas um ponto de partida imposto pela lógica da produção e que, por vezes, não consegue abranger, inclusive, as desigualdades que gritam dentro desses corpos pasteurizados: nem todas as bocas podem efetivamente se expressar com a fala. Muitas podem querer cantar. Nem todos os corpos se sentirão à vontade andando em linha reta na rua. Nem todas as pessoas terão a mesma atenção a partir da escrita, mas sim da audição. O capital amolda corpos que devem se encaixar nos padrões de normalidade gestados em seu metabolismo.

Os corpos circunscritos na sociabilidade do capital são aprisionados a todo o momento dentro de padrões que são considerados

naturais e que excluem diversas outras formas que, para o campo visual, são muito semelhantes, mas que em todos os corpos são diferentes. Por mais que se identifique um padrão entre dois corpos, haverá, ao mesmo tempo, um universo de particularidades que os diferenciam.

Retornando, na busca de “tratar os desiguais de maneira desigual para que eles sejam incluídos na igualdade”, questionamos: o que é a igualdade no capitalismo? Entendemos que é a igualdade de habitar em um corpo que produz, que responde à lógica da produção sem oferecer resistência à pressa, à competitividade e à eficiência. Logo, esses corpos desiguais terão sua passagem de ida para a igualdade e o pertencimento a partir de um passaporte que lhes forneça utilidade.

O discurso e a concepção acerca do corpo útil resultam em uma interpretação onde as diferenças identificadas entre um corpo “normal” e um corpo “deficiente” são concebidas enquanto peso, não enquanto particularidades. Ao conceber o valor corporal a partir do que aquele corpo consegue produzir para a sociedade pautada na produção, sua expressão, conseqüentemente, condiciona-se à manifestação de apenas esse aspecto em face da totalidade de outras dimensões que residem em cada subjetividade.

Existem várias elaborações teóricas que buscam pensar a causalidade do cenário exposto nos parágrafos anteriores: alguns autores irão recorrer à repressão religiosa e centralizar o debate nas questões relacionadas à sexualidade; outros irão relacionar ao pensamento desenvolvido pelos filósofos gregos que originam a discussão que fragmenta corpo e mente. Há, também, os autores que relacionam as repressões corporais com o elemento do poder e do autoritarismo, por exemplo.

Tais elaborações trazem formas de compreender a alienação corporal e que compõem, na verdade, partes de um só todo. A totalidade, identificada aqui enquanto sociabilidade do capital, possui aspecto tentacular e repercute em todos os campos das relações sociais. Essas elaborações, além de pertinentes, são, dessa forma, passíveis de conexões com este trabalho e válidas no campo das hipóteses denunciativas acerca do “desvio” e amoldamento de um corpo humanizado para um corpo utilitário.

Gênese do problema

O corpo útil possui gênese. É resultado de um processo que, ainda que pertença ao plano objetivo, atinge-nos nas construções de nossa subjetividade enquanto sujeitos sociais. A fragmentação, especialização e a ausência da dimensão espiritual são sintomas de um processo que não toca, diretamente, uma capacidade de escolha. Estamos inseridos em tais engrenagens que são capazes de transpor o campo das escolhas e incidirem fortemente sobre os processos subjetivos de consciência.

Busca-se, aqui, visualizar a alienação enquanto um fato social, que compõe uma sociabilidade solidamente engendrada. Mesmo não possuindo forma material, as bases ideológicas que compõem as relações produtoras de alienação se expressam na realidade (IASI, 2011).

Nessa linha de compreensão, Mauro Iasi, em seu livro *Ensaio sobre consciência e emancipação*, discorre que:

Ao viver o trabalho alienado, o ser humano aliena-se da sua própria relação com a natureza, pois é através do trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza, a humaniza e assim pode compreendê-la. Vivendo relações em que ele próprio se coisifica, onde o produto de seu trabalho lhe é algo estranho e que não lhe pertence, a natureza se distancia e se fetichiza. (IASI, 2011, p. 21).

O trabalho é apresentado, socialmente, como mecanismo de sobrevivência na sociabilidade do capital, tendo em vista que este se apresenta como via direta de manutenção da existência humana, uma vez que irá fornecer o elemento para possibilitar a saúde, educação, moradia, alimentação, etc.: o dinheiro.

Dessa forma, o ser social, impelido em ter que se inserir no mercado de trabalho para adquirir sua subsistência, defronta-se com costumes, concepções e maneiras próprias do modo de produção capitalista em conceber um trabalho: não se consideram as peculiaridades fisiológicas e psicológicas, o tempo relativo de trabalho para cada indivíduo e, finalmente, as potencialidades corporais e criativas¹ dos seres humanos, que sobrevivem através de seus mecanismos corporais reativos.

Don Johnson, em sua obra *Corpo*, recorre aos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, de Karl Marx, lançando a seguinte assertiva:

Os operários de uma linha de montagem e as secretárias nos escritórios, que desempenham apenas um tipo de atividade durante todo o dia, passam a sentir seus corpos como se fossem máquinas com uma estreita margem de movimento e quase nenhum sentimento. A redução do potencial do corpo aos limites específicos exigidos pelo trabalho mecânico diminui proporcionalmente o campo de percepção da pessoa. (JOHNSON, 1990, p. 94).

Para o autor, as demandas que nosso corpo possui são, por vezes, desconhecidas. E, quando as conhecemos, a questão se coloca: Até que ponto nossos anseios foram modelados por nossa sociabilidade?

As “modelagens” corporais foram muito explícitas nos períodos iniciais de industrialização, de modo a adequar as posturas e os gestos às funções realizadas pelos trabalhadores, de modo a garantir maior eficiência e lucro. Todavia, outros setores também realizavam e ainda realizam tal prática, como é o caso das escolas, já mencionadas anteriormente:

Por exemplo, as escolas são designadas principalmente para treinar cidadãos e trabalhadores dóceis. Este objetivo é alcançado por meio de formas definidas de comportamento corporal. Crianças pequenas e naturalmente agitadas são obrigadas a passar horas sentadas, sem movimentos

1 Quando mencionamos o elemento da criatividade, em seu sentido etimológico, referimo-nos à capacidade de criação e inovação humana.

significativos, nas cadeiras das salas de aula. Só tem o direito de falar ou sair de onde estão depois de passarem pelo ritual de levantar o braço e receberem a permissão do professor. [...] Muitas crianças ingerem remédios para eliminar uma hiperatividade que pode ser muito mais resultado da rigidez da sala de aula do que de desordens orgânicas pessoais. (JOHNSON, 1990, p. 48).

Don Johnson denuncia também que:

A indústria é um dos setores que mais se beneficiam com estas disciplinas corporais. As escolas treinam as pessoas para assumirem padrões corporais que a maioria dos empregos exige. Os ritmos orgânicos do corpo são ajustados de modo a responder às necessidades de um dia de trabalho normal, começando e terminando numa determinada hora, com intervalos cuidadosamente especificados para se comer, ir ao banheiro e descansar. Tanto para os trabalhadores das fábricas quanto para os dos escritórios, o movimento do corpo ocorre dentro de limites cuidadosamente definidos por engenheiros industriais para maximizar a eficiência. Um manual típico traz o seguinte: "Só há um meio de o chefe do escritório poder exercer um controle científico que é padronizado... O chefe do escritório deve, portanto, continuamente dirigir seus esforços no sentido de ter todas as operações... executadas exatamente de acordo com a maneira como determinou". (JOHNSON, 1990, p. 49).

Rudolf Laban, autor húngaro do século XIX, também visualizou a industrialização como ponto nevrálgico da relação entre corpo, automatismo e ausência de consciência do movimento. Laban focaliza que, no período do advento industrial, o foco sobre o estudo do corpo foi central, mas não através da finalidade de humanizar e potencializar os trabalhadores. Ao contrário: os movimentos pensados e levados à prática dos trabalhadores eram com o fim de atender às novas necessidades da produção, tendo a constante diretriz do lucro. Laban, em *Dança Educativa Moderna*, discorre:

Sabemos hoje que os hábitos dos trabalhadores modernos criam, com frequência, estados mentais prejudiciais, que nossa civilização está inevitavelmente destinada a sofrer, sem encontrar nenhuma forma de compensação. As compensações mais evidentes são, certamente, aqueles movimentos capazes de equilibrar a desastrosa influência dos hábitos dos movimentos desequilibrados que se originam nos métodos contemporâneos de trabalho. (LABAN, 1990, p. 13).

A investigação deste trabalho pretende compreender a origem da constituição desses sujeitos sociais que são, na realidade, seus próprios corpos. Quais os elementos que fornecem bases para visualizar tais efeitos da alienação que não sejam imanentes do próprio ser e de seu campo de vontades? Quais as forças externas que fomentam e estruturam tais comportamentos? Nesse sentido, Maria Helena Imbassaí, professora de Conscientização Corporal na Faculdade de Dança Angel Vianna, contribui:

Embalado pela engrenagem da produção, trago pelo ritmo trepidante das grandes cidades, pressionado por uma mídia – publicidade – que o

faz transformar o lazer em obrigação, sem tempo para o cultivo das amizades – vivência, construção, e troca de afetos – na maioria das vezes sedentário, o brasileiro médio contemporâneo acaba por sucumbir ao estresse, com manifestação de: dores de cabeça, ansiedade, insônia, fadiga crônica, agressividade, pânico, depressão, fazendo uso indiscriminado de cigarros, álcool, drogas e automedicando-se com analgésicos e tranquilizantes. (IMBASSAI, 2008, p. 49).

A causalidade das repercussões referentes à alienação sobre o próprio corpo é considerada, aqui, enquanto efeito das engrenagens do capital e, também, da expressão da propriedade privada e da divisão social do trabalho.

É possível visualizar, na análise no chão territorial em que estamos inseridos, que os sujeitos sociais brasileiros possuem suas particularidades e heterogeneidades próprias de nossa formação social sobre um capitalismo que se desenvolveu com contornos bem próprios. Entretanto, o mapa que temos disposto de nossa subjetividade hoje é decorrente de uma análise que encontra seu embrião, também, no marco da divisão social do trabalho, na qual o Brasil foi profundamente gestado e amoldado tanto em esferas que reverberam em nossa sociabilidade nacional, quanto nas relações e no nosso próprio posicionamento frente ao cenário internacional.

Teorias acerca da constituição social do corpo

Para ir além e desdobrar a compreensão dessa concepção “sintomática”, serão trazidas contribuições teóricas presentes nas obras *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, de Karl Marx, e *Para uma Ontologia do Ser Social – Vol.2*, de György Lukács, enquanto subsídios teóricos que possam fornecer maior nitidez acerca do conglomerado de estruturas – ou, em termos Lukácsianos, *complexo de complexos* (LUKÁCS, 2013) – que se engendram na manifestação do corpo ausente, estranhado de si, dos outros e da totalidade em que habita.

Karl Marx

Marx dissertou a respeito de uma categoria fundamental na análise que possibilita visualizar a perda da dimensão sensível dos sujeitos sociais: o estranhamento. O que até aqui foi nomeado enquanto alienação, será referido, agora, enquanto estranhamento.

Inicialmente, no capítulo *Trabalho Estranhado e Propriedade Privada*, o autor observa a sociedade engendrada a partir de uma sociabilidade moldada por leis, costumes e comportamentos advindos da divisão social do trabalho. Entende que, com o fato de a classe trabalhadora produzir riquezas que constituem a construção de todo esse cenário objetivo, decorre daí um aumento da valorização do mundo das coisas, havendo uma proporção direta do aumento da desvalorização do mundo dos homens (MARX, 2010). Sinaliza, ainda, nesse ponto, o que irá desenvolver em parágrafos posteriores quando se refere ao fato de que o elemento do *ter* se defronta e faz-se superior ao *ser*.

Marx coloca, também, que o trabalho em si não produz somente as mercadorias, mas, também, o próprio trabalhador possui sua força de trabalho constituída enquanto mercadoria, pois durante seu processo de trabalho essa força é transformada e efetivamente objetivada em algo que figura enquanto externo e alheio a si próprio (MARX, 2010).

Na medida em que o trabalhador se objetiva num trabalho, Marx compreende que ele se distancia de suas capacidades enquanto gênero humano. Quando há a sua própria objetivação em algo externo e alheio à sua própria vontade, ao seu próprio espírito e inerente do gênero humano, o não desenvolvimento de sua própria personalidade se agrava:

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um poder *independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional – econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*). (MARX, 2010, p. 80, grifo do autor).

É importante destacar que Marx analisa um contexto onde as condições de trabalho não eram como as dos dias de hoje, em que podemos verificar que algumas parcelas da classe trabalhadora, em certa medida, ainda podem se identificar e gostarem do trabalho que desenvolvem, ou até mesmo realizá-lo de forma autônoma, guardadas as precarizações que decorrem da conjuntura hodierna do mercado de trabalho. No cenário de análise do autor havia uma intensa superexploração de mulheres, crianças, jornadas de trabalho extremamente densas e em condições muito precárias para se realizarem. Logo, quando ele fala que a efetivação desse trabalho sinaliza uma desefetivação do próprio trabalhador, dispõe desse cenário em meio ao advento do modo de produção capitalista e do próprio contexto de desenvolvimento da industrialização.

Para o autor, quanto mais o trabalhador potencializa o mundo das coisas, mais ele tem diante de si uma impotência quanto à sua própria subjetividade, pois a partir do momento em que sua potência se objetiva em algo externo a si e que tampouco lhe pertence, apenas lhe resta se defrontar com algo que seja lhe seu a não ser suas próprias necessidades fisiológicas e de manutenção de sua própria força de trabalho cotidiana (MARX, 2010).

Assim, Marx indaga: “Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem pertence então?” (*Ibid.*, p. 86). Nesse ponto, o autor sinaliza uma manifesta contradição desse próprio processo produtivo: o trabalhador despende sua vida em uma natureza transformada e, por não ser proprietário dessa natureza – apropriada – que constitui a matéria-prima da transformação que ele mesmo irá realizar, aquilo que, na verdade, é uma objetivação dele mesmo, defronta-se como algo estranho a si (MARX, 2010).

Nesse ponto, o autor coloca a primeira dimensão do que seria uma das formas de se manifestar o estranhamento, que é aquela tocante ao trabalhador com seu próprio produto, resultado do trabalho que realizou, sua própria objetivação. Ele não se vê exteriorizado no trabalho realizado por si mesmo e que constituiu aquela mercadoria que é, na verdade, uma extensão de si mesmo enquanto mercadoria, também:

O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (MARX, 2010, p. 81, grifo do autor).

O trabalhador se torna um servo do seu objeto (MARX, 2010), e uma das formas com que Marx pretende demonstrar tal relação é através da crítica ao salário recebido, que, na verdade, o autor menciona que tal remuneração representa um valor para que o trabalhador se mantenha capaz e possibilitado de voltar cotidianamente ao seu trabalho, sendo útil e produtivo, para gerar ainda mais riquezas que, ao fim, não serão suas. Como se o salário repercutisse, na verdade, enquanto instrumento repositivo e de manutenção da mercadoria “força de trabalho”. A sua própria existência, dessa forma, está condicionada à sua existência enquanto mercadoria, uma vez que suas funções vitais básicas só se realizam a partir da venda de sua força de trabalho.

Marx levanta, ademais, que o estranhamento não se manifesta unicamente entre o trabalhador e a coisa que ele produz, mas, também, diante do próprio processo até chegar à objetivação final em si: como o trabalhador é estranhado da própria coisa, conseqüentemente isso demonstra o resultado do estranhamento da própria atividade para se produzir tal coisa. Portanto, ele está diretamente estranhado do processo que irá constituir-la, que, na verdade, é o processo de sua própria objetivação para chegar ao resultado final, representado por sua exteriorização (MARX, 2010).

Nesse sentido, Marx (2010) menciona que o trabalhador só se sente junto de si ao realizar funções que não são humanas e, sim, que dizem respeito à sua manutenção enquanto um ser propriamente animal. É possível compreender nessa passagem que, a partir do momento em que o trabalhador expressa apenas essas duas dimensões de sua existência – a de ser útil e de atender a suas necessidades fisiológicas primárias, equiparando-se aos animais –, existem nesse ínterim capacidades e desenvolvimentos próprios de sua condição enquanto gênero humano que não estão sendo observadas e possíveis de serem desenvolvidas. Emerge nesse momento o estranhamento de si próprio, além da coisa

produzida e do processo da objetivação de si mesmo, como aludido anteriormente.

Nessa relação de o trabalhador se estranhar quanto a si mesmo, manifesta-se o estranhamento, na verdade, da própria categoria do gênero humano a que pertence, uma vez que as atribuições inerentes ao gênero se reduzem objetivamente enquanto força de trabalho, objetivada nas mercadorias produzidas. Resta, assim, vislumbrar que a concepção do que são o humano e o gênero a que ele pertence e se constitui, também é algo estranhado, resultando, ao fim, no estranhamento do homem pelo próprio homem:

[...] Uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o *outro* homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana. (MARX, 2010, p. 86, grifo do autor).

Diante desse processo, é possível visualizar como a constituição do ser social, a partir da divisão social do trabalho, possibilitou moldar um ser humano com características voltadas ao seu valor enquanto mercadoria. Se o ser humano estava estranhado de sua própria dimensão enquanto gênero humano, tais reverberações iriam se espalhar sobre os sujeitos não só enquanto seres individuais, mas, também, seres sociais em suas dimensões em sociedade.

A partir daí, foram forjadas relações e teias que iriam atingir vários outros segmentos da existência humana: o campo político, educacional, cultural, religioso, familiar, etc. Todas essas outras dimensões, que também compõem o ser social, não sairiam ilessas desse metabolismo e diante dessa nova maneira de conceber sua própria existência, onde sua utilidade se dava em função de sua especialização, da concorrência com seus companheiros de classe e na venda de sua força de trabalho como uma própria mercadoria. As consequências subjetivas que incidiriam sobre o espírito humano iriam ter uma dimensão não somente única, mas, também, social e que iria se reverberar como leis ideológicas, costumes e tradições.

Com o fenômeno histórico-social do estranhamento, foram sendo gestadas inúmeras “regras” de sociabilidade que encontravam combustíveis nas relações de coisificação a que os sujeitos estavam sendo condicionados, incidindo sobre elementos que integravam parte de um campo sensível, da personalidade e da própria constituição de suas subjetividades, marcando peculiaridades imanentes ao gênero humano – diferenciando-nos dos animais e, também, dos objetos.

Assim, a partir do momento em que o desenvolvimento das capacidades produtivas se sobrepõe ao desenvolvimento da própria personalidade humana, os sintomas dessa circunstância recaem diretamente sobre a própria capacidade de interação dos

seres humanos com o mundo e que se dá através de seus próprios corpos. Nessa linha, Marx entende que todo esse processo do desligamento da importância dos seus sentidos deu lugar à valorização do seu dispêndio de força física, aprimoramento e especialização enquanto mercadoria humana:

O lugar de *todos* os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter*. A esta absoluta miséria tinha de ser reduzida a essência humana, para com isso trazer para fora de si sua riqueza interior. (MARX, 2010, p. 108, grifo do autor).

É possível compreender, dessa forma, que mesmo que não estejamos nos referindo ao período analisado por Marx e ainda que façamos um exercício de abstração com sujeitos que não se relacionem à base de um processo de produção diretamente, a atual conjuntura resulta da formação histórico-social moldada, a partir da gênese localizada na divisão social do trabalho. No cenário contemporâneo, o estranhamento não deixa de existir, mas com roupagens distintas e de acordo com as novas formas de manifestações sociais.

O estranhamento, enquanto categoria, a todo o momento se reformula, e o desenvolvimento das forças produtivas não possui relação direta com o desestranhamento e o desfazimento desse estado de não desenvolvimento da personalidade. Tal desenvolvimento não se relaciona com o das forças produtivas, podendo haver, assim, formas anteriores de estranhamento, refletindo-se em formas contemporâneas da mesma categoria. Nesse sentido, e introduzindo as contribuições do autor György Lukács, os “estranhamentos à moda antiga” por vezes dão lugar aos “estranhamentos à moda atual” (LUKÁCS, 2013, p. 614).

György Lukács

Ao desenvolver sua análise do capítulo IV em *Para uma Ontologia do Ser Social – Vol. 2*, Lukács recorre a Marx quando disserta, também, sobre a categoria do estranhamento, trazendo muitos elementos que contribuem com o ponto traçado até aqui por este trabalho.

O autor deixa claro que o estranhamento é constituído por elementos históricos e sociais com pontos de partida e chegada na própria sociedade, apesar de constituir traços que irão incidir sobre a individualidade humana.

À luz do entendimento de Lukács, o processo de produção, apesar de elevar as capacidades produtivas humanas, não necessariamente será proporcional ao desenvolvimento de sua personalidade. O que o autor coloca, assim como Marx, é que a divisão social do trabalho, por trazer a objetivação do sujeito ao próprio objeto de seu trabalho, direciona-o ao não desenvolvimento de sua personalidade humana.

Nesse processo, surge, também, o efeito da coisificação, categorizado por Marx enquanto Reificação e desmembrado por Lukács, também nesse capítulo IV. A estar inserido nessa divisão social do trabalho e na especialização de suas capacidades

subjetivas, que se objetivam externamente a si próprio, o ser humano passa por relações coisificadas que implicam um processo de redução, desconhecimento e, conseqüentemente, estranhamento de suas próprias qualidades inerentes ao seu campo sensível e humano, que não sejam sob uma perspectiva útil àquele processo produtivo e à própria divisão social do trabalho.

Lukács relaciona o conceito de estranhamento, assim, com a reificação, mencionando que esta é um veículo condutor àquele (LUKÁCS, 2013). Logo, o estranhamento decorre de uma impotência do desenvolvimento das capacidades humanas, recebendo, do veículo da reificação, seres coisificados – reificados – e que, inseridos nessa lógica, manifestam-se, conseqüentemente, estranhados.

Lukács ainda ressalta que, ao falar sobre reificação, existem distinções a serem consideradas: diferenciam-se as reificações propriamente ditas das reificações inocentes (LUKÁCS, 2013). Entretanto, ambas constituem veículos que conduzem ao estranhamento em seus diferentes tipos e estágios. As reificações inocentes, até certo ponto, são sinalizadas por Lukács como integrantes para o processamento da vida em sociedade, para que outras formas de desenvolvimento se manifestem. Por exemplo: é concebível que não tenhamos consciência de quantas latas de tinta foram necessárias para pintar um cômodo, quantos ladrilhos compõem uma calçada, etc. Entretanto, tais reificações inocentes, por se procederem em um contexto no qual a reificação em si conduz a um estágio de não desenvolvimento da personalidade humana, ambas se integram de modo a acelerar os processos de estranhamento.

A existência dessas reificações vai constituindo leis materiais, morais, postulados jurídicos e edificando uma teia de comportamentos e costumes que incidem nos seres sociais de modo a criar certas cristalizações, condicionamentos e concepções ideológicas de mundo:

Toda propriedade humana, toda capacidade de realização, toda virtude etc. é imediatamente coisificada sempre que sua durabilidade não estiver baseada em pores singulares ininterruptos, sempre renovados, cuja continuidade perfaz a duração na reprodução; até mesmo uma reprodução que consiste na mera repetição dos atos ponentes pode se converter em reificação mais ou menos cristalizada pela via da rotina. (LUKÁCS, 2013, p. 678).

Lukács compreende que, nesse processo, as ideologias que se estruturam nos conjuntos de leis sociais acerca do “dever ser”, acabam por forjar tais comandos como saudáveis e admissíveis quando estruturam um campo onde as respostas a esses postulados representam uma inserção e um pertencimento social numa sociabilidade que é fundamentada, inclusive, no estranhamento do homem pelo próprio homem:

Porém, não se pode esquecer que, onde quer que a atividade cotidiana seja regulada por tradição, usos, costumes etc., essas sanções se revestem da maior importância prática, mesmo

quando se exprimem unicamente na opinião pública do ambiente mais próximo, isto é, daquele ambiente que é extremamente importante para um funcionamento sem atritos da vida cotidiana. Essa opinião pública, mesmo não possuindo nenhum órgão, nenhuma fixação objetiva, envolve e impregna para o homem do cotidiano a vida no âmbito da qual as suas ações têm de desenvolver-se, tornando-se, desse modo, para ele, um componente e até um dos principais momentos determinantes da sua realidade cotidiana. Quer se trate da escola ou da casa paterna, do lugar de trabalho ou da família, de uma criança ou de um adulto, surge aqui um fator da vida cotidiana que se comporta como um tipo de ser. Esse caráter de ser se evidencia de modo marcante onde determinados imperativos procuram determinar as reações humanas. (*Ibid.*, p. 688).

No direito, é possível visualizar claramente essa manifestação quanto ao “dever ser” social. As leis que constituem deveres do ser conduzem a modulação de um ser humano. Nesse momento, não há a possibilidade do desenvolvimento de uma personalidade autônoma, livre e independente dessa concepção de como um ser humano deve ser. A partir daí, é forjado um ser com categorias ontológicas aparentemente imanentes, e não socialmente condicionadas por um processo que possui uma origem, que reverberou até a constituição de papéis sociais que esse ser deve cumprir em seu cotidiano (LUKÁCS, 2013).

Dessa forma, os sujeitos sociais acabam por não desenvolver outras características de suas próprias personalidades que não sejam aquelas a que são condicionados e devam corresponder. A essa naturalização e conformidade, deve-se o fato, também, de haver sanções propriamente ditas e diretamente colocadas pelo estado por seu aparato jurídico.

Logo, os costumes que impregnam a vida cotidiana, fundados não por uma característica imanente do ser humano em seus “tradicionalismos”, mas por um processo social que os conduz a essas questões – que é o processo de sua própria coisificação –, irão pautar, também, leis sociais que darão chão para o desenvolvimento da sociabilidade.

Sendo assim, por mais que um indivíduo não esteja no mercado de trabalho, são incididos sobre si, as consequências de uma sociabilidade composta de leis, os costumes e tradições que derivam da divisão social do trabalho. Para ilustrar essa afirmação, há uma passagem de sua obra onde é possível visualizar como a reificação se opera, por exemplo, no campo das relações conjugais: Lukács retoma a questão dos movimentos feministas da década de 1960, quando as mulheres combatiam o estranhamento das relações reificadas entre homens e mulheres. Para o autor, o estranhamento enquanto efeito individual atinge os sujeitos sociais através da via de relações socialmente reificadas. E ainda completa que, mesmo os homens combatendo o estranhamento manifesto em suas relações de trabalho, poderiam incorrer em reproduzir comportamentos estranhados em outras relações, como as conjugais (autoritarismo, violência, etc.). Esse sujeito, abstratamente falando, estaria caminhando para um tipo de desestranhamento no setor referente a seu trabalho, mas, ao mesmo tempo, estranhado em sua relação conjugal:

Por isso mesmo, a luta de libertação da mulher contra esse seu estranhamento não é, portanto, ontologicamente apenas uma luta voltada contra as aspirações de estranhamento que partem do homem, mas deve também visar a própria autolibertação interior. Nesse aspecto, o moderno movimento sexual possui um cerne decididamente positivo, progressista. Está contida nele – consciente ou inconscientemente – uma declaração de guerra contra a ideologia do “ter”, que, como vimos em Marx, constitui uma das bases fundamentais de todo estranhamento humano, impossível de ser superado também nesse campo sem um cancelamento radical da sujeição sexual da mulher. (LUKÁCS, 2013, p. 611)

Esse indivíduo é um ser social (LUKÁCS, 2103). E mais: apesar de o estranhamento incidir sobre a própria individualidade humana, essa categoria representa um fenômeno constituído social e historicamente, que possui sua gênese na própria sociedade, cabendo enfatizar, aqui, que as dimensões individuais e sociais dos sujeitos não se distanciam e nem são oclusas umas das outras, configurando apenas partes de um mesmo todo que o compõe enquanto ser social.

Lukács elucidada, também, que o estranhamento possui a peculiaridade de não ser algo geral, nem tampouco universal: quando disserta que este possui um caráter histórico e social, ele visa situar que tal categoria irá se manifestar de maneiras correlacionadas ao tempo histórico em que se constitui em sociedade e de diferentes formas e os contornos específicos das sociedades em que ele será engendrado. As sociabilidades não surgem do nada, como fatos isolados e sem trajetória histórica. Há uma origem que é social, não advinda de um ou outro indivíduo. O estranhamento trata-se de uma categoria advinda de um processo real, não partindo de um desvio imanente de personalidade, psicológico e nem, tampouco, de uma responsabilidade exclusiva dos sujeitos sociais.

As concepções que naturalizam as personalidades estranhadas do ser social são ferramentas que legitimam o Estado a se utilizar de coerções e normas de conduta, como se orienta, por exemplo, o pensamento de Thomas Hobbes. Aqui, tais fenômenos são compreendidos enquanto construções que decorrem da divisão social do trabalho, que, com o advento da propriedade privada e o modo de produção capitalista, aprofundaram-se ao decorrer do tempo.

Conclusão

Após tais análises, é possível compreender que o fato de os seres sociais serem exclusivamente responsabilizados por suas próprias reificações, seja um equívoco de análise que recorrentemente se manifesta nas opiniões do senso comum. Não há o que se dizer quanto ao campo das escolhas feitas pelos sujeitos sociais na margem de possibilidades restantes que lhes são colocadas pela sociabilidade. Para que as vontades sejam exercidas, para que as ações sejam tomadas e para que as escolhas sejam feitas, é necessário um campo de possibilidades e não de alternativas restantes.

A partir do momento que esse ser é moldado e as próprias condições sociais também são condicionadas perante a divisão social do trabalho incursa no modo de produção capitalista, as escolhas que esse ser social toma para si não são feitas dentro de um campo de alternativas possíveis, mas, sim, um campo de alternativas restantes.

Dessa forma, essa constituição de sua própria personalidade se dá numa margem estreita, onde o “poder irresistível do estranhamento” (LUKÁCS, 2103, p. 679) se coloca como obstáculo fundamental para compreender a possibilidade de o indivíduo se elevar para além de sua dimensão útil em sociedade.

A sociabilidade, que incide sobre nós enquanto sujeitos sociais, é fundada partindo de leis que derivam de relações coisificadas. Logo, as condições que se colocam para que o ser humano desenvolva as capacidades de uma personalidade sensível e humanizada, não se sustentam nas estruturas já solidificadas que demandam subjetividades úteis à produção e estranhadas.

A partir do momento em que se especializam as capacidades humanas em determinadas reduções de suas formas, há um impedimento do desenvolvimento das características atinentes ao próprio gênero humano, pois o ser social é carregado de potências sensíveis, e não somente úteis à divisão social do trabalho, que, por sua vez, demanda dos sujeitos apenas o que refere à sua dimensão útil e unicamente necessária à produção.

Assim como foi exemplificado no campo das relações conjugais, a categoria do estranhamento se espraia em todos os setores da própria constituição do ser social. Os campos políticos, sociais, culturais, etc., serão interconectados por uma relação tentacular, dialogando entre si pelas repercussões advindas das leis formuladas e reguladoras de condicionamentos derivados da divisão social do trabalho.

Sendo assim, a partir do momento que conseguimos sinalizar um fato inaugural, não há uma conformidade com concepções que atribuem tais comportamentos como inerentes ao ser humano, como se colocam algumas tendências filosóficas, como, por exemplo, a fenomenologia e o existencialismo. Este trabalho visa expressar que o ser humano é constituído socialmente a partir de um processo, um condicionamento. E ao mesmo tempo cabe visualizar que, se ele é fruto desse processo, existem possibilidades de vislumbrarmos a transformação dessa conjuntura e não nos conformarmos em “apodrecer debaixo da própria pele”².

Referências

- CHASIN, José. O Futuro Ausente: para a crítica da política e o resgate da emancipação humana. **Verinotio**, n. 15, Ano VIII, abr./2013.
- IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- IMBASSAÍ, Maria Helena. Consciência Corporal: Sensibilidade e consciência no mundo contemporâneo. In: CALAZANS, J.; CASTILHO, J.; e GOMES, S. **Dança, Educação e Movimento**. São Paulo: Cortez, 2008.
- JOHNSON, Don. **Corpo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- LABAN, Rudolph. **Dança Educativa Moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.
- LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social**, v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TV BOITEMPO. **Ester Vaisman | Curso Livre Lukács | O estranhamento religioso na ontologia lukacsiana**, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QEEmxHPzpBQ&t=6573s>>; Acesso em Maio de 2018.